

ACEP 2006

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

O contexto da cooperação portuguesa

O ano de 2006 iniciou-se com alto nível de expectativas, após a aprovação, em Conselho de Ministros, no final de 2005, de um documento de estratégia, assente numa maior articulação e cumprimento de compromissos internacionais, mas definindo prioridades que revelam uma visão mais ampla e coerente do que o menor denominador comum que são os ODM. Pela primeira vez, um documento deste tipo valoriza o papel da sociedade civil e o impacto da sua acção nos países em desenvolvimento mas também o impacto no nosso país, criando um ambiente político favorável ao reforço da participação da sociedade civil e ao reforço do movimento não governamental.

Assim, apesar dos pontos fracos do sistema de cooperação portuguesa, sobretudo ao nível da capacidade institucional (para que aliás o exame da OCDE de 2005 veio alertar), existia um ambiente de relativo optimismo quanto à possibilidade de mudanças reais, que pudessem traduzir-se num processo transparente de construção de uma maior coerência ao nível de princípios / estratégia / acções e ao nível das parcerias de concepção / execução, assente no dialogo e consultas regulares.

Face a estas expectativas, o ano de 2006 saldou-se numa grande decepção, com a principal instituição da Cooperação Portuguesa, o IPAD, paralisado, enviando mensagens contraditórias, demitindo-se das responsabilidades de direcção e animação do processo de implementação da estratégia, criando a ideia de cada cabeça cada sentença, cada capela com o seu vigário, algumas mesmo sem vigário. No final do ano, aliás, cumpriu-se a tradição de um conselho directivo/ano, com a demissão da direcção que havia sido nomeada um ano antes.

Nesta situação, a relação do IPAD com o núcleo central da sociedade civil que tem já uma história de intervenção no domínio da Cooperação para o Desenvolvimento – as ONGD – não se reforçou qualitativamente, os compromissos nunca tiveram continuidade e raramente tiveram tradução prática, a orientação foi errática ou ausente.

UM EXEMPLO:

INTERROGAÇÕES SOBRE A COOPERAÇÃO COM A GUINÉ-BISSAU

*São particularmente ilustrativas deste tipo de deficiências as iniciativas especiais no âmbito da cooperação com a Guiné-Bissau. De facto, no ano de 2006 o IPAD tomou duas iniciativas excepcionais – **um exercício de análise** e debate no quadro do processo, lançado pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento, da OCDE, de seguimento dos chamados "estados frágeis" e **uma candidatura especial** para financiamento a projectos da iniciativa de organizações não governamentais portuguesas.*

A análise de alguma documentação sobre ambos os processos coloca várias interrogações e lamentavelmente o espaço para as colocar é praticamente inexistente:

- *como é que os princípios de relacionamento com os chamados "estados frágeis" foram seguidos na candidatura de projectos ONGs?*
- *em que medida é que o processo de análise da cooperação no quadro dos "estados frágeis", teve em conta a existência de experiência substancial e continuada de algumas ONGs portuguesas na cooperação com aquele país?*
- *foi ou não analisada a coerência dos princípios de cooperação com os estados frágeis com as orientações e decisões de financiamento daquela candidatura de projectos?*
- *quais os critérios de análise de projectos no domínio do reforço institucional e de capacidades em "estados frágeis"?*
- *como foram definidos nos termos de referência a audição da sociedade civil guineense?*
- *como se justifica o volume de projectos de prestação directa de serviços por entidades portuguesas em face do princípio da prioridade ao investimento na construção de instituições locais ?*

Esperamos que estas e outras questões possam vir a ser objecto de debate aberto, numa perspectiva de procura de coerências entre políticas, prioridades e projectos, bem como um debate sobre o papel das ONGD portuguesas, que não as olhe como agências de prestação de serviços e de produção de resultados de curto prazo, sobre o papel das organizações locais e as condições de parceria e sobre as condições essenciais à durabilidade dos impactos. De qualquer forma, este caso é bem ilustrativo da necessidade, que cremos que se sente cada vez mais, da existência de uma instância, de carácter permanente, com um tipo específico de legitimidade (em particular a legitimidade da independência e a legitimidade da competência técnico/científica) que regularmente possa analisar, perguntar, questionar, avaliar, pois que os anos vão passando e os processos de avaliação são escassos, com alcance limitado e geralmente sem consequências. E este tipo de processos são sempre dissociados, poderíamos dizer, desconectados - ou seja, a definição de uns termos de referência só é pensada em termos de coerência quando se trata dos TDR de uma avaliação específica de um projecto ou de um programa e não das coerências transversais a todos os processos.

A entrada em 2007 é, assim, um eterno retorno, num ano em que Portugal vai assumir a Presidência da UE, em que o Governo português quer, no domínio das relações externas, dar um passo importante no diálogo político Europa-África, passo que tenha a Cooperação para o Desenvolvimento como um dos principais suportes, sob o risco de o diálogo se limitar às preocupações eurocêntricas com a Imigração.

Também ao nível dos compromissos internacionais do financiamento do desenvolvimento não foi invertida a tendência de estagnação ao nível mais baixo da última dúzia de anos e não foi apresentado qualquer plano para a recuperação do atraso. Tal parece confirmar a manutenção de um diminuto peso político do sector e a dificuldade de fazer vingar uma política coerente e responsável também no domínio dos compromissos financeiros assumidos a nível internacional.

O movimento ONGD

As conhecidas fragilidades do movimento das ONGD tornam-no muito susceptível às variações na envolvente externa. Contraditoriamente, apesar daquelas fragilidades, é nas ONGD, tomadas individualmente, que se consegue identificar uma maior continuidade na intervenção, uma certa estabilidade ao nível dos quadros e por isso também da memória institucional e alguma visão de maior prazo, independente dos ciclos políticos. No entanto, estes aspectos claramente positivos são subaproveitados e facilmente desestabilizados a partir do exterior, ou seja, imediatamente subsequente a uma instabilidade da contexto institucional da Cooperação Portuguesa. Nessa situação, os esforços das ONGs viram-se para "dentro", restando poucos recursos – até anímicos – para afirmação e criação de saberes enquanto **movimento**, e que só se recupera em caso de ameaça externa evidente - e aí processa-se uma recuperação também quase imediata e automática.

A instabilidade na envolvente externa, alguma ingenuidade seja no optimismo de partida, traduziram-se num recuo nas relações de poder, desfavorável ao aprofundamento do processo de construção do movimento ONGD, (eventualmente favorável a démarches de ONGDs individuais) e desfavorável, por isso, à construção de contribuições substantivas para a Cooperação portuguesa na sua globalidade.

O facto de em 2007 decorrer a presidência portuguesa da UE e tendo em conta os projectos e também áreas temáticas de trabalho de longo prazo já desenhados será uma oportunidade de juntar ONGs à volta de temas que ultrapassam o dia a dia dos projectos e retomar a iniciativa em alguns domínios, garantindo maior durabilidade.

A ACEP: marcos e projectos

Apesar procurou consolidar alguma maior estabilidade de recursos – em particular recursos humanos, e com as qualificações adequadas – para que tinha dado passos significativos em 2005. A **diversidade de abordagens** e a **inovação** de vários dos projectos em que nos temos vindo a envolver exige uma estabilidade e continuidade nem sempre fácil de garantir e que são também essenciais à construção de valor acrescentado. Tal só é possível com a exploração de complementaridades e procura de coerências entre áreas, actividades, sectores, projectos. cremos cada vez mais que são, de facto, **complementaridade e coerência** os elementos chave para decidirmos participar neste ou naquele projecto, entrar nesta ou naquela actividade - cá, em Africa, de sensibilização, de cooperação, de investigação, de debate, etc. - com este ou aquele parceiro.

No ano de 2006 identificamos alguns marcos na actividade da ACEP, tanto ao nível do seu desenho e das parcerias em que assentaram, como ao nível do impacto imediato (e esperamos que também de maior prazo):

- o 1º Encontro sobre Rádios Comunitárias dos países da Cplp
- as 1.as Jornadas da Sociedade Civil da Guiné-Bissau, co-organizada com a Plataforma de ONGs daquele país, por altura da Cimeira da CPLP
- o inicio da construção de parceria com organizações de Sto. Antão, na sequencia de cinco anos de trabalho continuado com a Plataforma de ONGs de Cabo Verde
- a participação em projectos de investigação e/ou integração efectiva de componentes de investigação aplicada nos projectos
- a realização de um novo projecto de comunicação de qualidade para sensibilização sobre Africa, com participações individuais e institucionais portuguesas e africanas
- a consolidação/estabilização do modelo de comunicação da ACEP.

Neste período terminou o contrato de 5 anos de financiamento europeu do projecto que temos vido a desenvolver com a **Plataforma de ONGs de Cabo Verde**, marco muito importante na cooperação da ACEP a vários níveis. A finalização desta etapa coincidiu com a comemoração do X Aniversário da Plataforma, onde este projecto foi evidenciado como uma marco também na história da Plataforma de ONGs cabo-verdianas.

ENCONTRO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS DOS PAÍSES DA CPLP

O Encontro sobre rádios comunitárias nos países da CPLP, em Bissau, representou um segundo momento de formação, intercâmbio e solidariedade, após a realização de um

1º atelier de formação ao nível dos Palop, em Cabo Verde, em 2002. Com o apoio de diversas instituições (IPAD, Fundação Portugal-Africa, Swissaid e RDPÁfrica), e numa parceria com a AD e a Rede de Rádios da Guiné-Bissau, foi possível juntar pessoas e projectos de todos os países de língua portuguesa na Guiné-Bissau, que se apresenta como país de referência nesta área. A diversidade de experiências, percursos e projectos permite perceber a diversidade dentro do próprio movimento das rádios comunitárias, que tem sido alvo de atenção acrescida de diversas entidades nacionais e internacionais. Este Encontro e o Festival “Ondas da Cidadania”, das rádios comunitárias guineenses, ganharam maior relevância no contexto da Guiné-Bissau, perante a situação sócio-económica e política que o país vive. Este Encontro foi também um exemplo de óptima colaboração com profissionais competentes e empenhados, da comunicação social portuguesa, tanto ao longo do Encontro como na elaboração da sua “memória”, editada já em 2007.

Já no final do ano a ACEP participou na animação do Seminário Internacional sobre Rádios Comunitárias, organizado em Luanda pela ADRA, ONG angolana nossa parceira neste domínio.

JORNADAS DA SOCIEDADE CIVIL DA GUINÉ-BISSAU

As Jornadas da Sociedade Civil guineense, ao longo de uma semana, constituíram uma iniciativa inovadora, com que encerrámos a primeira fase de colaboração regular com a Plataforma de ONGs da Guiné-Bissau. Organizadas por ocasião da Cimeira da CPLP, constituíram um espaço de debate, com várias componentes muito interessantes: a diversidade de participantes nacionais e estrangeiros (responsáveis de ongs, jornalistas, investigadores, representantes da cooperação bilateral); a mobilização notável da sociedade civil, incluindo pessoas de vários pontos do país e por um período considerável; a realização descentralizada das actividades, desde o Centro Cultural Brasileiro ou o INEP até instalações associativas em bairros periféricos; a diversidade de actividades e dos temas - dos debates sobre resolução de conflitos, sobre reportagem em África, sobre articulação entre investigação e desenvolvimento ou o lançamento de livros, (como o Guia dos Recursos Humanos das ONGs guineenses, realizado no quadro deste projecto, ou o livro “Cicatrizes de Mulher”, sobre mutilação genital feminina) ou ainda um encontro entre jornalistas guineenses com os jornalistas estrangeiros que ali se deslocaram para participar nas jornadas.

PARCERIA COM AS ORGANIZAÇÕES DE SANTO ANTÃO

Iniciou-se neste período a construção de uma parceria com a OADISA – Organização das Associações da Ilha de Sto. Antão e a ONG AMIPAUL, em Santo Antão, como sequência ao trabalho que vinha sendo realizado a nível nacional com a Plataforma de ONGs cabo-verdianas. Foi realizado o diagnóstico inicial de concepção do programa,

conhecimento das associações comunitárias da ilha e dos parceiros. Esta actividade permitiu consolidar relações iniciais e reforçar o conhecimento da ACEP sobre a realidade do associativismo na ilha. Este programa tem como objectivos reforçar a capacidade institucional das associações comunitárias, quer através da formação dos seus líderes e membros quer através do apoio a iniciativas de economia social dinamizadas pelas associações e da informação e comunicação sobre o associativismo e desenvolvimento rural. O programa, organizado com vários sub-projectos, conta já com apoios financeiros da União Europeia e do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

Esta aprovação constitui um marco positivo na actividade da ACEP em 2006 na medida em que:

- Permite desenvolver e reforçar parcerias, tanto a nível de Cabo Verde como a nível europeu
- Permite dar continuidade ao trabalho de apoio à sociedade civil nos países com quem cooperamos, neste caso, ao nível de pequenas associações comunitárias em meio rural.
- Permitirá desenvolver competências na área da economia social e do desenvolvimento rural
- Permitirá igualmente dar continuidade ao trabalho na área da comunicação comunitária que temos vindo a desenvolver.

PROJECTOS E ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO

A actividade de investigação está centrada num **projecto sobre Cooperação descentralizada**, com estudos de caso em Cabo Verde e Guiné-Bissau e realiza-se em parceria com o Centro de Estudos Sobre África do ISEG e a Universidade de Aveiro, com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Neste ano as responsabilidades da ACEP centraram-se na criação de uma base de dados de projectos de cooperação descentralizada, de ONGs, Universidades e Municípios com aqueles dois países, no período 200-2004 e num trabalho sobre exigências da avaliação em Cooperação Descentralizada. Este foi aliás o tema de uma das duas apresentações que este projecto fez numa Conferencia promovida pelo Instituto Nacional de administração.

O projecto temático sobre **Responsabilidade Social das Empresas**, em parceria com a RSE Portugal, o centro de estudo SOCIUS, do ISEG e a AIP, no quadro do programa comunitário Equal, tem vindo a permitir à organização desenvolver competências nesta área e igualmente, chamar a atenção para o tema da RS na relação e nas actividades das empresas portuguesas em países em desenvolvimento. Este tema não tem sido tratado ao nível nacional ou tem sido tratado de modo bastante reduzido no contexto da discussão da conduta social, ambiental e económica das empresas e da responsabilidade social. A ACEP, para além da responsabilidade nos domínios da auto-

avaliação e balanço de competências, desenvolve neste projecto uma pesquisa de terreno sobre o tema da RSE nas relações com os países em desenvolvimento.

Já atrás referido, o **estudo sobre recursos humanos das ONGs guineenses**, realizado no quadro da cooperação com a Plataforma de ONGs da Guiné-Bissau, com uma equipa de duas pessoas contratadas localmente, permitiu a recolha e sistematização de um conjunto de dados importantes para um trabalho futuro de reforço de capacidades das ONGs. Como referido, foi já editado em livro.

NOVO PROJECTO DE COMUNICAÇÃO SOBRE ÁFRICA

A continuidade do trabalho de sensibilização da opinião pública e de educação para o desenvolvimento centrou-se neste ano na concepção e produção de novos produtos de comunicação sobre África – uma exposição fotográfica e edição de livro, **“A Partilha do Indivisível”**, novamente com a colaboração de autores/criadores – da fotografia à escrita – portugueses e africanos.

É um projecto de certo modo “exemplar” pois que junta várias características: para além de reunir participações de autores / criadores de vários países e disciplinas (da fotografia ao jornalismo à da poesia e outras formas de escrita), reuniu o apoio não só de instituições portuguesas como cabo-verdianas, instituições dos dois estados e também empresas privadas, inclui também componente de investigação com o apoio a um trabalho de mestrado sobre o tema e os produtos finais vai ser parte de actividades de outros projectos da ACEP e de outras organizações.

Após o lançamento e permanência até final do ano, no Arquivo de Fotografia de Lisboa, a Exposição tem já um programa para itinerância ao longo de 2007, sobretudo em colaboração com universidades, associações, municípios, outras ONGDs.

As fragilidades deste tipo de projectos, apesar da experiência já acumulada, centram-se no alto grau de absorção que implicam em face dos meios disponíveis e no suporte à circulação / distribuição na componente “livro”, já que hoje os livros são cada vez mais “produtos de supermercado”, não existindo distribuidoras com um perfil adequado a este tipo de projectos. O objectivo de apoiar a criação de produtos que nos ajudem a “aprender África”, acaba por ser conseguido com a colaboração de instituições - como tem sido os casos da Caixa Geral de Depósitos e a Fundação Calouste Gulbenkian e agora também a Biblioteca Nacional de Cabo Verde - que têm apoiado a distribuição gratuita para Portugal e PALOP, nomeadamente para bibliotecas públicas.

CONSOLIDAÇÃO DO MODELO DE COMUNICAÇÃO

O reforço / consolidação do trabalho de comunicação da ACEP traduziu-se já na publicação de nove edições da newsletter (também disponíveis no site) e a finalização do processo de reformulação da página de Internet (www.acep.pt), realizada com o apoio gratuito da empresa Carbono 14 (www.carbono14.com) .

Foi dada também continuidade ao trabalho da ACEP na área das publicações, com a edição de dois livros (**Guia de recursos Humanos das ONGs da Guiné-Bissau**, por Catarina Ribeiro e Braima Dabo e **A Partilha do Indivisível**, fotos de Leão Lopes e António Valente) e preparação de um terceiro, terminado já no início de 2007 (**Democratizar a palavra para democratizar a sociedade**, coordenado por Paula Borges). Estas edições têm vindo a cumprir várias funções, do registo à sistematização ou divulgação de experiências, conferir visibilidade ao trabalho de organizações parceiras sobretudo africanas, ou de espaços de criação e criatividade, com objectivos diversos, da sensibilização de opinião pública, à formação, ou ao lobby.

NOVAS PARCERIAS

A realização de um trabalho de diagnóstico no Sul da Guiné-bissau, com o levantamento de associações e agrupamentos de mulheres camponesas numa perspectiva do seu reforço e capacitação e de apoio às suas iniciativas em diversas áreas – agricultura, pesca transformação agro-alimentar - permitiu melhorar o conhecimento naquela área do país e de reforçar o trabalho de parceria com a ONG guineense Rede Ajuda.

Foi já atrás referido o início de uma relação de trabalho com a OADISA e AMI-Paúl, de Sto. Antão, Cabo Verde.

Neste ano foi também aprofundado o contacto com a ONG italiana CISS, com a qual iniciámos a elaboração conjunta de propostas de projectos tanto de sensibilização da opinião pública como de cooperação para o desenvolvimento.

A ACEP: Recursos financeiros

Depois de finalizado o encerramento das contas, este relatório incluirá algumas notas de análise ou para evidenciar alguns aspectos mais importantes. Para dar entretanto uma ideia dos recursos mobilizados no ano de 2006 e evolução relativamente a anos anteriores, junta-se a seguir um quadro com a origem dos fundos recebidos em 2004, 2005 e 2006.

ACEP: ORIGEM DOS FUNDOS RECEBIDOS

| | 2004 | % | 2005 | % | 2006 | % |
|--|------------------|-------------|------------------|-------------|-----------------|-------------|
| Fundos públicos portugueses | 95306,22 | 31,3% | 67976,76 | 25,3% | 136202,9 | 42,9% |
| Fundos públicos europeus | 159324,34 | 52,3% | 162678,66 | 60,6% | 128135,8 | 40,3% |
| Fundos privados estrangeiros | 1018,33 | 0,0% | 0 | 0,0% | 9961,73 | 3,1% |
| Fundos privados portugueses | 21380 | 7,0% | 15216 | 5,7% | 10752 | 3,4% |
| Fundos próprios | 27773,33 | 9,1% | 20033,91 | 7,5% | 32565,9 | 10,3% |
| Liquidação dívidas de terceiros | 0 | 0,0% | 2452,82 | 0,9% | 0 | 0,0% |
| | | | | | | |
| Total recebido | 304802,22 | 100% | 268358,15 | 100% | 317618,3 | 100% |

SOBRE AS CONTAS DE 2006

A reorganização da contabilidade da ACEP segundo o Plano Oficial de Contas, realizada em longo de 2005, e a introdução da prática de auditoria externa, por entidade certificada, à globalidade da organização veio a consolidar-se em 2006, passando assim a associação a colocar-se num nível acima do exigível do ponto de vista legal, mas que constitui uma opção de cumprimento de níveis de transparência financeira que consideramos como os adequados.

Para além do esforço financeiro e, na prática, de uma certa duplicação do investimento realizado (já que aquele trabalho não reduz o que temos como obrigação específica perante cada financiador), o modelo levanta-nos questões relacionadas com a existência ainda de uma área de desadequação e até de potencial conflito entre o que são as Normas e praticas europeias e as normas do Tribunal de Contas português em diversos domínios.

Tal torna-se facilmente compreensível se tivermos em conta que as Normas europeias foram concebidas explícita e propositadamente para aplicação à gestão de subsídios

(em particular no domínio da cooperação internacional) e são fruto de um processo de construção de consenso entre diferentes culturas de administração dos diferentes países, tendo como alvo a identificação das melhores práticas, ao nível do chamado “reporting” e “accountability”.

A inexistência de regulamentação específica em Portugal para tipos da despesa do Estado como é o caso dos subsídios ou para instituições de natureza diversa da simples separação pública/privada, (onde se contam instituições de utilidade pública, de natureza associativa ou outra, sem fins lucrativos) e onde as relações estabelecidas com sócios e colaboradores são normalmente um misto de estatutos diferentes, (do remunerado típico ao voluntariado qualificado com um valor de mercado), etc., e o tipo de escrutínio a que estas organizações devem estar sujeitas vai continuar a ser por um tempo considerável um factor de indefinição, de contradição e também traduzir-se em desperdício de esforços.

Quanto às Contas de 2006, relatório de contas inclui o Balancete Analítico, o Balanço e a Demonstração dos Resultados e correspondente anexo referentes a 31 de Dezembro de 2006, elaborados pela ACEP, com a colaboração de um Técnico Oficial de Contas. Este relatório foi auditado pelo Revisor Oficial de Contas e é agora enviado para parecer do Conselho Fiscal da associação.

Alguns aspectos nos parecem que devem aqui ser destacados de forma a permitir uma melhor compreensão da evolução neste ultimo ano e também incluímos informação adicional sobre um ou outro aspecto que consideramos relevante.

Assim, no que respeita ao Balanço, está registada no Capital Próprio e Passivo, na Rubrica Dívidas a Instituições de crédito um montante de 37.000,00 Euros (35.222,39. em 2005). Tal como naquele ano, esta dívida foi contraída para permitir fazer face a despesas de projectos de Cooperação para o Desenvolvimento, por conta de co-financiamentos já contratados com o Estado português ou com a UE, mas que ou por via de atraso nos pagamentos por parte do Estado, ou por norma de reembolso à posteriori na situação de encerramento de projecto com a UE, os financiamentos não estavam disponíveis no momento próprio. Esta situação, que da ACEP não depende, tem como consequência um pagamento de juros (ver Balancete analítico, conta 68), num montante de 1.233,53 Euros, que constituem um custo para a ACEP, já que desta despesa não somos reembolsados.

O Balancete Analítico permite verificar uma maior independência, por via do que se poderia chamar uma maior “diversificação das dependências”. Com efeito, nenhum financiador (União Europeia incluída) representa mais do que 50% dos subsídios à exploração (conta 74), o que é a primeira vez desde que a ACEP tem um certo tipo de organização contabilística global da organização.

Mesmo no que se refere aos fundos europeus – seja de programas geridos centralmente seja programas geridos a nível nacional - eles têm origens mais

diversificadas que anteriormente, quando dependiam exclusivamente de financiamentos oriundos da chamada Linha de Co-financiamento às ONGs.

O peso da conta 79. Proveitos e ganhos extraordinários praticamente desapareceu.

Na conta 62, o aumento dos custos em rendas e alugueres é devido em parte à mudança de instalações mas também à alteração verificada nas condições de aluguer.

Tal significou também um aumento do custo de material de escritório. As despesas com deslocações e estadas de projectos registaram valores acima do normal, pois que incluem os custos de deslocações e estadias do Consórcio de três ONGs europeias para as actividades finais de formação, acompanhamento, apoio ao planeamento estratégico e encerramento do maior projecto de que a ACEP era líder de consórcio em Cabo Verde.

A Demonstração de Resultados permite verificar um resultado líquido de 5.395,77 Euros, consideravelmente mais positivo que o de 2005 e sem recurso a receitas extraordinárias.

O resultado positivo foi inferior ao que prevíamos, já que a ACEP procedeu a uma mudança de instalações não previstas, que acartou um conjunto de custos, incluindo de equipamento das novas instalações.

Será de assinalar alguns aspectos significativos para a evolução de uma pequena associação como a ACEP:

- assim, o crescimento dos proveitos e ganhos, de cerca de 24% relativamente a 2005, é sobretudo fruto de um crescimento dos subsídios à exploração, originados em novos projectos ou projectos que se vieram a concretizar em 2006.

- embora tal implicasse custos adicionais, a variação neste foi a uma taxa inferior, o que explica o resultado líquido positivo consideravelmente superior ao de 2005.

- manteve-se o esforço significativo de geração de receitas próprias, incluindo a angariação de donativos de particulares, o que numa pequena ONG que não está envolvida em acções de tipo humanitário e de grande visibilidade é relevante. Assim, embora a parte de geração de receitas próprias, no total de receitas, tenha registado uma diminuição, isso deveu-se ao aumento significativo, em termos absolutos, do montante de subsídios à exploração

O resultado líquido do exercício passa para a conta de Resultados Transitados.

Assim, a Direcção propõe à Assembleia a aprovação do Relatório de Actividades e Contas de 2006.

Lisboa, 8 de Março de 2006

A Direcção:

Maria de Fátima Lonet Delgado Oliveira Sangreman Proença

Lúcia Cláudia Bugalho Alves da Silva

Rosana de Sousa Albuquerque